

Inquérito Civil n. 06.2021.00001198-6

## **TERMO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Ituporanga, no exercício de suas funções como Curador da Moralidade Administrativa; e **IRONE DUARTE**, brasileiro, divorciado, empresário, ex-Vice-Prefeito de Petrolândia, CPF n. 399.722.919-87, representado por seu Procurador, **DR. SÉRGIO LUIZ COELHO**, OAB/SC n. 25.383, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**; e o **MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Prefeito Frederico Probst, nº. 67, Centro, cidade de Petrolândia, CEP 88.430/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.673/0001-80. neste ato representado pela **Prefeita Municipal Interina**, SRA. ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA, CPF n. xxxxxxxx **(se for o caso)**, autorizados pelo artigo 17, § 1º, da Lei n. 8.429/92, artigos 8 a 12 da Resolução n. 118/2014 do CNMP e

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público, previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, nos artigos 26 e 27 da Lei n. 8.625/93 e nos artigos 90 e 91 da Lei Complementar Estadual nº 738/2019 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina), das quais se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em cujo contexto se insere a defesa do patrimônio público e dos princípios constitucionais da Administração (CF, art. 37);

**CONSIDERANDO** que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 13.964 de 24 de dezembro de 2019, dentre outros pontos, alterou a redação do art. 17, §1º, da Lei n. 8.429/92, positivando o acordo de não persecução cível: "Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar. § 1º As ações de que trata este artigo admitem a celebração de **Acordo de Não Persecução Cível**, nos termos desta Lei.";

**CONSIDERANDO** que o § 2º do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e o § 2º do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina permitem o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado;

**CONSIDERANDO** que a Lei 7.347/85 dispõe em seu art. 5º, § 6º, que "Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terão eficácia de título executivo extrajudicial";

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 8.429/92 disciplina as condutas caracterizadoras de atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art. 9º), que causam dano ao erário (art. 10) e que atentam contra os princípios norteadores da atividade administrativa (art. 11);

**CONSIDERANDO** que no Inquérito Civil n. 06.2021.00001198-6 tem por objeto apurar supostas irregularidades na contratação, por parte do município de Petrolândia, da empresa RSTV, no período de janeiro a outubro de 2019, sem o devido procedimento de licitação, ficou demonstrado que o COMPROMISSÁRIO deixou de observar os ditames

da Lei n. 8.666/93, fato este que caracteriza, em tese, a prática de ato de improbidade administrativa, na forma do artigo 11, *caput* e inciso I, da Lei n. 8.429/92, visto que feridos os princípios da legalidade e da moralidade;

**CONSIDERANDO** que as condutas do COMPROMISSÁRIO se subsumem às disposições do artigo 11, *caput* e inciso I, da Lei n. 8.429/92, visto que praticou ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência, bem como infringiu os princípios da legalidade e da moralidade;

**CONSIDERANDO** que o COMPROMISSÁRIO manifestou interesse em solucionar o caso por meio consensual;

**CONSIDERANDO** que, com a celebração do presente **Acordo de Não Persecução Cível**, todos os fins da Lei de Improbidade Administrativa serão atingidos, notadamente a proteção do patrimônio público e dos princípios administrativos que regem a Lei de Improbidade Administrativa;

### **RESOLVEM**

Firmar o presente ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL, nos seguintes termos:

#### **I - DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente **Acordo de Não Persecução Cível** tem por objeto o fato subsumido à hipótese típica prevista no artigo 11, *caput*, e inciso I, da Lei n. 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa (ou legislação especial que igualmente tipifique conduta como ato de improbidade), em razão de o COMPROMISSÁRIO, na condição de Prefeito municipal em exercício, ter realizado a contratação de empresa para confecção de vídeos institucionais sem observância das regras previstas na Lei n. 8.666/93, infringindo, deste modo, os princípios da legalidade e da moralidade.

## **II - DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª:** O COMPROMISSÁRIO obriga-se a:

(I) ao pagamento de multa civil, no valor de 3 (três) vezes o valor da remuneração percebida na data do fato, o que importa o montante de R\$ 17.254,77 (dezesete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos)<sup>1</sup>;

(II) O valor será dividido em xx parcelas iguais, mensais e sucessivas no valor de R\$ XX, a primeira com vencimento em \_\_/\_\_/\_\_ e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, com final em \_\_/\_\_/\_\_, e será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesado (FRBL) do Estado de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto(s) bancário(s), os quais serão expedidos em sistema próprio e enviado ao endereço eletrônico do COMPROMISSÁRIO (ou de seu advogado) xxxxx@xxxx.xx.xx

## **III - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula 3ª:** O(A) COMPROMISSÁRIO(A) se compromete a:

(I) comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou e-mail; e

(II) comprovar perante o Ministério Público, mensalmente (OU até o dia 15 de cada mês), o cumprimento das obrigações principais, **independentemente de notificação ou aviso prévio**, devendo, quando for o caso, por iniciativa própria e de forma antecipada e documentada, apresentar eventual justificativa para o não cumprimento dos prazos, para análise quanto a possível prorrogação.

## **IV - DAS OBRIGAÇÕES DO ENTE INTERESSADO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA:**

<sup>1</sup> [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-099/con\\_servidoresativos.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-099/con_servidoresativos.faces)

**Cláusula 4ª:** O ENTE INTERESSADO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA declara sua aceitação quanto aos termos estabelecidos no presente Acordo.

#### **IV - DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DO ACORDO:**

**Cláusula 5ª:** O descumprimento de quaisquer das obrigações (principais ou acessórias) resultará, se for o caso, no prosseguimento do Inquérito Civil e no ajuizamento da respectiva Ação de Improbidade Administrativa, sem prejuízo do pagamento das multas previstas pelo descumprimento das cláusulas ajustadas no presente instrumento e da execução específica das obrigações assumidas, conforme seja viável, constituindo o presente instrumento Título Executivo Extrajudicial, na forma do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85;

**Cláusula 6ª:** Para o caso de descumprimento das obrigações previstas na cláusula 2ª, sem prejuízo da cláusula anterior, fica ajustada a MULTA PESSOAL ao COMPROMISSÁRIO, no valor de R\$ 500,00, por dia de atraso, que será devida independentemente de notificação, passará a incidir a partir do dia imediato (inclusive) ao do vencimento, e será revertida para o FUNDO ESTADUAL DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DE SANTA CATARINA;

**Cláusula 7ª:** O descumprimento da cláusula 2ª importará no vencimento antecipado das parcelas pendentes, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 5ª e 6ª;

**Cláusula 8ª:** O descumprimento da cláusula 2ª, sem prejuízo das cláusulas 5ª e 6ª, sujeitará o COMPROMISSÁRIO ao pagamento de cláusula penal fixada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ;

#### **V – DA PRESCRIÇÃO**

**Cláusula 9ª:** Os signatários do presente acordo reconhecem

expressamente que a ação civil de protesto constitui instrumento hábil à interrupção do prazo prescricional, sendo possível, portanto, se for o caso, a interrupção da prescrição pelo protesto judicial (art. 202, II, do CC, c/c art. 726, § 2º, do CPC)<sup>2</sup>.

## **VI - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 10ª:** O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a, durante o prazo para o cumprimento do acordo, não ajuizar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente acordo contra o **COMPROMISSÁRIO**, bem como, em caso de cumprimento integral do acordo, obriga-se a arquivar definitivamente qualquer procedimento relacionado ao acordo em relação ao **COMPROMISSÁRIO**, ressalvadas eventuais responsabilidades administrativas e penais não albergadas pelo presente Acordo e a superveniência de novas provas que possam enquadrar o(a) réu(ré) em conduta ímproba mais grave..

## **VII - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO:**

**Cláusula 11ª:** Para fins do disposto no art. 17, § 1º, da Lei n. 8.429/92, o **COMPROMISSÁRIO** aceita o presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente instrumento em três vias de igual forma, teor e valor jurídico.

## **VIII - DA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO:**

**Cláusula 15ª:** Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o órgão ministerial abaixo nominado submeterá o presente acordo ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de homologação.

Ituporanga, 17 de março de 2021

---

<sup>2</sup> Sobre a interrupção da prescrição em improbidade administrativa pelo protesto, por exemplo: STJ, decisão monocrática no REsp nº 1.522.694/RN, Min. Francisco Falcão.

[assinando digitalmente]  
JOÃO PAULO BIANCHI BEAL  
Promotor de Justiça

IRONE DUARTE  
Compromissário

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

DR. SÉRGIO LUIZ COELHO  
OAB/SC n. 25.383